



**MANDATO 2017/2021**

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE S. JOÃO DA MADEIRA**

**ATA Nº 01/2018 - JANEIRO**

- **DATA DA REUNIÃO:** Nove de janeiro de dois mil e dezoito. -----
- **LOCAL DA REUNIÃO:** Sala das Reuniões, sita no primeiro piso do edifício da Câmara Municipal. -----
- **PRESIDIU:** Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----
- **PRESIDENTE:** Jorge Manuel Rodrigues Vultos Sequeira, presente. -----
- **VEREADOR:** Paulo César Lima Cavaleiro, presente. -----
- **VEREADOR:** Irene Maria Silva Guimarães, presente. -----
- **VEREADOR:** Paula Margarida Pires Gaio Kulzer, presente. -----
- **VEREADOR:** Maria de Fátima Pereira Moreira dos Santos Roldão, presente. --
- **VEREADOR:** José Nuno Lopes Dias Vieira, presente. -----
- **VEREADOR:** Pedro Miguel Ribeiro da Silva, presente. -----
- **HORA DE INÍCIO DA REUNIÃO:** Catorze horas e trinta minutos. -----
- **SECRETARIOU:** Maria Madalena Soares de Pinho. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE S. JOÃO DA MADEIRA  
REUNIÃO DE 23-01-2018

A Câmara deliberou: por unanimidade, aprovar:  
Jorge M. R. V. S. Sequeira  
Paulo C. L. Cavaleiro

A CÂMARA.



*Pub*  
*J.*

--- O senhor Presidente declarou aberta a reunião e, de imediato, solicitou aos munícipes que se encontravam presentes que apresentassem as suas intervenções, se assim o desejassem. Registaram-se quatro inscrições. -----

### **PONTO 1 – PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

--- A senhora Maria Adelaide queixou-se, mais uma vez, dos barulhos provenientes de um café instalado no edifício onde mora, principalmente durante a noite, solicitando novamente que fossem tomadas providências para resolução do problema, pois era impossível descansar durante a noite. -----

--- A senhora Ana Couto agradeceu à Câmara as subtis mudanças que estão a ocorrer na cidade, esperando que continuem e se intensifiquem para o bem de todos. -----

Referiu-se, seguidamente, ao quiosque de venda de bolacha americana, localizado na Avenida Dr. Renato Araújo, dizendo que este quiosque é um projeto criado ao abrigo do programa de apoio ao empreendedorismo e à criação do próprio emprego do Instituto do Emprego e Formação Profissional. Este projeto é a concretização de um sonho da sua promotora Alice Silva. Esta empreendedora criou o seu emprego. Este tipo de apoio tem uma taxa de sucesso muito baixa pois as exigências, as dificuldades e as condições do mercado são muito agressivas e poderosas para os seus empreendedores. O empreendedor recebe a totalidade do subsídio de desemprego numa única parcela, comprometendo-se a montar e a manter o negócio durante três anos, correndo o risco de devolver o subsídio à Segurança Social se tal não acontecer. Este quiosque foi montado cumprindo todas as normas e regras pedidas, quer pela Câmara Municipal, quer pelo IEFP, criou os seus clientes, é um projeto de sucesso e simboliza o espírito empreendedor dos



*Paulo*

sanjoanenses. Este pequeno negócio é muito inspirador, é o sucesso do pequeno empreendedor ter o seu próprio emprego lado a lado com o gigante que é o "8ª Avenida" que cria vários postos de trabalho. Sugeriu que este quiosque simbolize esta visão empreendedora da cidade, por exemplo, servindo de tela para a divulgação da cultura, como o "Encontro Internacional de Ilustração, e não seja descartado com um qualquer argumento. -----

*g*

--- O senhor Paulo Bacalhau sugeriu o seguinte: A criação, na Casa da Criatividade, de um lounge para crianças, uma vez que isso poderia ser uma plataforma de apoio aos pais quando vão assistir a espetáculos não apropriados para crianças e também deveria haver um fardamento apropriado para os assistentes de sala dos espaços culturais; A reativação do centro intermodal do Centro Coordenador de Transportes, pois seria uma ponte de acesso à estação da Linha Vale do Vouga, acrescentando a necessidade de colocação de uma plataforma vertical ao lado da escada rolante para transporte de pessoas em cadeiras de rodas; A implementação de um sistema de videovigilância noturna no Museu da Chapelaria, Museu do Calçado e Torre da Oliva, uma vez que ainda há pouco tempo uma das estátuas do monumento de homenagem aos chapeleiros foi furtada; A colocação de duas linhas de arame entre as árvores e os postes de iluminação junto às rotundas do Centro Coordenador de Transportes e do Hospital, de forma a impedir os peões de atravessarem fora das passadeiras. -----

--- O senhor Manuel Pinho felicitou o executivo por terem mandado arranjar as lâmpadas do cemitério número dois. Solicitou novamente que fossem abertos os portões dos cemitérios 1, 2 e 3, aos domingos, da parte da tarde. Referiu também que o senhor Vereador José Nuno Vieira está a desempenhar bem o cargo no setor de obras municipais, mandando arranjar a estrada junto à capela de Santo António,



F. H.

7

colocação de alcatrão noutras ruas, bem como a pintar as passadeiras, não havendo agora perigo para os peões. -----

--- O senhor Presidente, relativamente às questões suscitadas pelos senhores munícipes, respondeu: -----

--- Relativamente à questão da D. Adelaide, conhecemos bem o assunto. Como já lhe referi numa das anteriores reuniões, notificámos o proprietário do restaurante da intenção de proceder ao encerramento do estabelecimento na parte em que o mesmo está afeto à prática de jogos, concedemos-lhe o direito de audição prévia, tal como está no Código do Procedimento Administrativo, para que o mesmo se pronunciasse. Entretanto, esse particular constituiu mandatário judicial e apresentou um requerimento para licenciar essa atividade. Por ordem verbal, minha, o processo foi-me concluso, está no meu gabinete para que eu o aprecie o mais rapidamente e ainda esta semana será dado um despacho sobre esse processo. O assunto não está minimamente esquecido, compreendemos a sua situação, mas há trâmites legais a cumprir. Pode estar ciente de que os nossos serviços e a Câmara estão a acompanhar o assunto. -----

--- Relativamente à questão que a senhora Ana Couto suscitou, também conheço o dossier, o que sucede é que esse quiosque beneficiou de uma licença para ocupação do espaço público, entretanto a Câmara Municipal vendeu esse terreno a um interessado que projeta nesse local construir um hotel. Neste momento, esse terreno já não é propriedade da Câmara Municipal e a Câmara Municipal, nos termos da lei, decretou a caducidade da licença que titulava a ocupação daquele mesmo espaço. Essas licenças são concedidas a título precário, a licença foi concedida em 2015. Estou muito sensível e creio que todos nós estamos muito sensíveis à posição da pessoa que investiu no local, essa pessoa pediu-me uma



Paulo  
r

audiência, concedi-lhe a audiência e estamos a verificar se há locais alternativos que possam assegurar a continuidade daquela atividade de criação de emprego próprio, que é uma atividade meritória. Mas devemos compreender que a Câmara Municipal não poderia abdicar da possibilidade de vender aquele terreno, até porque isso configurou uma receita muito importante para o financiamento das atividades municipais. A senhora terá mesmo que se deslocar daquele local, a não ser que o proprietário do terreno autorize a continuação da atividade naquele terreno. Essa relação já é uma relação à qual a Câmara Municipal será estranha ou alheia. Se isso não suceder, terá que se identificar outra possibilidade de localização na esfera pública, se for caso disso, nós estamos abertos a enquadrar possibilidades, tal como o executivo que nos antecedeu encontrou aquela possibilidade. Mas quero dizer-lhe que o assunto está a ser acompanhado. -----

--- Relativamente à intervenção do senhor Paulo Bacalhau, anotámos as sugestões que foram apresentadas. Devo dizer que já há um uniforme que é utilizado pelos assistentes de sala da Casa da Criatividade, portanto, essa questão já estará ultrapassada. Relativamente às demais questões serão objeto de ponderação. ----

--- Também agradecemos as observações do senhor Manuel Pinho. -----

---

## **PONTO 2 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

--- O senhor Vereador Paulo Cavaleiro referiu: Muitas das referências que um munícipe fez relativamente a um conjunto de intervenções que foram feitas, quer pintura dos pavimentos, quer também de colocação de pavimento em alcatrão em algumas ruas da cidade, é um trabalho que vinha da Câmara anterior e estava adjudicado, muitas dessas intervenções ocorrem ainda nesse processo e para nós



**S. João da Madeira**  
Câmara Municipal

é positivo que se aproveitem os recursos que estavam disponíveis para corrigir algumas das deficiências. -----

--- O segundo ponto tem a ver com a lista das obras que solicitei ao senhor Presidente da Câmara. O senhor Presidente da Câmara, numa última reunião, forneceu-me este documento que eu estive a analisar, mas queria dizer ao senhor Presidente que não foi isto que eu pedi. O que eu pedi foi um documento que existe na Câmara, que é feito pelos serviços, onde tem vários itens: a designação da obra, a empresa adjudicatária, a base de licitação, o valor da adjudicação, data do contrato, consignação, prazo de execução e receção provisória. A transparência não é uma coisa que se apregoe ou que se decrete, ou temos ou não temos! Eu solicitei um documento que existe e o que me deram é um documento que apenas tem informação sobre o processo em que o senhor Presidente adjudicou a obra. Curiosamente, até ao ler uma das atas, o senhor Presidente fala na adjudicação de uma obra, neste caso na Oliva, e essa obra não é referenciada neste documento que me forneceu. O documento que eu solicitei é um documento onde estão todas as empreitadas que são lançadas pelo Município e que têm o processo desde o seu início até ao seu estado atual. É um documento que existe, eu não pedi nenhum documento que é preciso criar. Pedia novamente ao senhor Presidente para, quando pudesse, me fornecer o documento que eu solicitei. -----

--- Há dias, na Assembleia Municipal, fizeram-lhe a pergunta e eu penso que o senhor Presidente não percebeu bem. Há uma empreitada a decorrer, que vem do executivo anterior, que tem a ver com a reabilitação de todos os parques infantis da cidade, os que estão dentro das escolas e os que estão fora das escolas. Este foi um trabalho demorado, não foi fácil arranjar quem quisesse intervir em equipamentos que não são da própria empresa, o processo levou até mais tempo



Spinh

2 -

do que o que pretendíamos, mas lançou-se a empreitada a concurso, uma empresa ganhou esse concurso e está a fazer a obra. Gostava de saber qual é o ponto de situação da empreitada, quantos parques infantis é que já foram reabilitados? E também sugerir ao senhor Presidente que se deveria fazer um contrato de manutenção. A Câmara não tem capacidade para estar permanentemente a substituir peças que por vezes têm alguma especificidade. Já tivemos no passado, é um custo, reconheço isso, mas é algo que fazia sentido, que pudéssemos ter um contrato de manutenção para que existisse uma resposta rápida a este tipo de problemas. -----

--- O espaço no Parque do Rio Ul junto ao bar, penso que estará concluído, mas também é preciso ter em atenção, a vedação da obra está tombada há já vários dias e é necessário recolocá-la no sítio. Também gostava de saber quando é que se concretiza para o espaço ficar disponível para a comunidade. Acho que é um projeto diferenciador e é importante colocá-lo ao serviço da cidade. -----

--- Outra pergunta que faço ao senhor Presidente tem a ver com a empreitada de reabilitação de quatro edifícios no Bairro do Orreiro. O senhor Presidente disse na Assembleia Municipal que a obra atrasou por causa da garantia bancária. Gostava que o senhor Presidente me dissesse qual a data em que a empresa disponibilizou a garantia bancária. -----

--- Relativamente ao hospital, nós, em conjunto com os deputados do PSD e do CDS, aproveitámos o dia de ontem para visitar o hospital e fazer o ponto de situação. Nós sempre defendemos o hospital, independentemente do Governo, fosse ele um Governo do PSD/CDS, fosse ele um Governo do Partido Socialista, e foi no sentido de tentar encontrar soluções para que houvesse um investimento claro no hospital. Em determinada altura essa hipótese foi criada com uma solução





g.h

2.

através da Misericórdia, que era uma boa proposta e que depois acabou por não ser concretizada por ação já deste Governo. Mas o que nós constatámos é que efetivamente passou a haver um investimento no hospital, que é uma coisa que nós defendemos sempre. O hospital ter vindo a degradar-se tem a ver com a falta de investimento e de atenção que era dada pelos responsáveis políticos, sobretudo do Governo, que começou ainda no Governo do José Sócrates, e que veio afetar sobretudo o serviço que era prestado a esta comunidade. O que hoje fica claro é que, efetivamente, o hospital de S. João da Madeira é uma peça importantíssima na área da saúde e na resposta de saúde desta região. É assim que eu entendo, eu não entendo o hospital de S. João da Madeira como uma resposta só para os sanjoanenses, é muito importante para esta região. Seria bem pior a resposta que estaríamos a ter se não houvesse as melhorias que têm vindo a existir no hospital. Se houve o investimento, se há mais respostas, os dados que passámos a ter relativamente à ocupação e à forma como há um desenvolvimento no hospital é importante. Na altura, quando discutimos o orçamento, esse assunto não se falou, mas há também outros assuntos que, apesar de não terem tradução orçamental, é importante mantermos no nosso radar, como a Linha do Vouga e a Nacional 223. São assuntos importantíssimos para S. João da Madeira. Alguns deles não são diretamente no nosso território, mas, estrategicamente, nós temos que estar atentos a tudo aquilo que nos toca e que nos diz direito. -----

--- Tive a oportunidade, como o senhor Presidente e alguns Vereadores, de estar presente no Concerto de Reis, promovido pela Tuna de S. João da Madeira, que é já uma tradição e acho que é um evento positivo. No último ano fizemos uma aposta em nos afirmarmos sobretudo num projeto diferenciador, que tinha a ver com a noite de Reis. Esse projeto foi um projeto que mobilizou a comunidade, teve uma





grande participação. Como é óbvio, é um projeto que precisava de melhoria, mas o balanço que fizemos foi muito positivo, e este ano esse projeto não se concretizou. Acho que a Câmara devia ponderar mais a sua avaliação relativamente a algumas das coisas que vêm do passado, que podem não ter ainda uma grande tradição, como outras, como é o caso da "Cidade no Jardim", que é um evento que tem imensos anos e com certeza que este executivo vai continuar, mas há outros que até tinham um tempo mais recente, mas que podiam ser uma afirmação de diferenciação. O senhor Presidente fique com a nota que não é fácil construir projetos diferenciadores e que se possam afirmar na nossa região ou até no âmbito nacional. Não é fácil muitas vezes criar um conceito que nos faça crescer, é difícil construir boas ideias e, portanto, acho que quando temos uma ideia, sobretudo uma ideia que partiu também de uma grande participação da comunidade, nós devíamos valorizar e realçar isso. É uma opção da gestão, que eu respeito, mas queria realçar aqui. -----

--- O senhor Presidente, no uso da palavra, respondeu: relativamente à questão da garantia bancária, a informação que eu prestei sobre o ponto de situação deste processo foi a informação que me foi dada pelos serviços. A informação que me foi dada foi verbal, vou pedir esses dados e vou fornecê-los, por escrito, com base numa informação do serviço competente. -----

--- Relativamente ao ponto de situação da reabilitação dos parques infantis, vou proceder da mesma forma, vou pedir uma informação aos serviços e a informação dos serviços será distribuída a todos os senhores vereadores. Quanto à questão do contrato de manutenção, é uma questão a ponderar também tecnicamente e em termos de conveniência, pelos serviços. -----



--- Relativamente ao parque do rio UI, também vou averiguar com rigor qual é o ponto de situação dessa empreitada, que já está em situação de estagnação há bastante tempo. Não há qualquer movimentação naquela obra, segundo creio, e que decorre da própria avaliação visual. -----

--- Relativamente à listagem das obras e das informações, vou compilar o documento nos termos em que os solicitou e vou verificar se ele existe nos serviços, nessa modalidade e com todos esses itens, também para ser fornecido. -----

--- A respeito do hospital, na semana passada tive oportunidade de falar com o Presidente do Conselho de Administração para acompanhar a situação que se vivia nas Urgências devido à afluência de pessoas com gripe, foram-me dadas explicações para aquilo que ocorreu, designadamente no nosso Serviço de Urgência, sendo certo que me foi referido que houve uma conjugação de dois fatores que foi, por um lado, a afluência adicional de pessoas e, por outro lado, uma questão de gestão de pessoal. Amanhã mesmo irei estar novamente reunido com o Presidente do Conselho de Administração do hospital para fazer um acompanhamento das atividades que estão em curso no nosso hospital e para tomar conhecimento do plano de atividades do hospital com incidência em S. João da Madeira, justamente para o ano de 2018, e poder acompanhar aquilo que vai sendo feito no nosso hospital. Sendo certo que acho que todos devemos saudar a decisão deste Governo de ter reaberto a Urgência Básica em S. João da Madeira, um passo que foi extremamente importante para a melhoria dos cuidados de saúde aos nossos cidadãos, e não só. -----

--- Relativamente à estrada nacional 223, tenho já agendada para segunda-feira uma reunião na Infraestruturas de Portugal para discutir este e outros assuntos de interesse do município, no quadro do acompanhamento político que vamos fazendo



das questões que dizem respeito à nossa cidade. Segunda-feira, de manhã, já está marcada uma reunião na Infraestruturas de Portugal para tomarmos conta do exato ponto de situação desta obra e depois darei notícias sobre essa situação. Para além disso, temos agendado um conjunto de outras reuniões já com membros do Governo para tratar de dossiers que dizem respeito à nossa terra. -----

— Relativamente à noite de Reis, na realidade esse projeto este ano não foi levado a cabo. Na avaliação que fizemos das possibilidades logísticas e temporais que tínhamos para montar todas as atividades de programação de Natal não se nos afigurou que fosse possível montar esse acontecimento e levámos também em conta que, de facto, já estava previsto um Concerto de Reis. Para além disso, a Igreja matriz também organizou um Concerto de Reis na Igreja matriz, no sábado. Portanto, os Reis foram lembrados, celebrados em S. João da Madeira. Mas, como é evidente, não declaramos, digamos, a mortalidade desse projeto que está em carteira para avaliação sobre se ele será restaurado, ou não, em dois mil e dezoito. -----

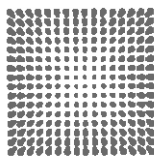
### **PONTO 3 – APROVAÇÃO DAS ATAS NºS 29, 30 E 31/2017**

— Previamente distribuída por todos os elementos da Câmara Municipal, foi aprovada, unanimidade, a ata da reunião ordinária realizada no dia 12 de dezembro de 2017 – ata nº 29/2017. -----

--- A pedido do senhor Vereador Paulo Cavaleiro, foi adiada para a próxima reunião a aprovação das atas números 30/2017 e 31/2017. -----

### **PONTO 4 – INFORMAÇÕES**

--- O senhor Presidente prestou as seguintes informações: -----



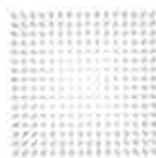
--- Ontem esteve presente numa reunião no Conselho Regional da Região Norte e essa reunião destinou-se a que o Governo, pelo Ministro das Infraestruturas e pelo Primeiro-Ministro fizessem uma apresentação estratégica das linhas de prioridade do quadro comunitário de apoio para a década de 20/30. Foi distribuído um documento orientador, de que já deu cópia aos senhores vereadores, o documento é explicativo e contém também as prioridades que estão em cima da mesa para que Portugal negocie com a União Europeia a configuração desse quadro comunitário. Neste momento está-se no período de discussão do documento e quem quiser apresentar sugestões ou propostas poderá fazê-lo, a Câmara Municipal pode fazê-lo, se algum senhor vereador quiser apresentar propostas ou sugestões deverá entregar essas propostas ou sugestões para serem canalizadas para a Comissão de Coordenação Regional que está a pilotar este processo. -----

--- Ontem foram abertas as propostas no âmbito do concurso de contratação de um prestador de serviços para auxiliar a Câmara na gestão da rede de distribuição de energia elétrica. Três concorrentes apresentaram propostas, sendo apenas duas propostas vinculativas. Uma proposta era apenas de um euro. Há duas propostas vinculativas apresentadas por duas entidades concorrentes e o júri vai apreciar essas propostas. -----

#### **PONTO 5 – PROPOSTA – CONSTITUIÇÃO DE FUNDOS DE MANEIO EM 2018**

--- Presente uma proposta da Chefe de Divisão de Finanças e Património, Sofia Rocha, sobre o assunto indicado em título, com o seguinte teor: -----

- “Nos termos do ponto 2.9.10.1.11 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), conjugado com o artigo 3º do “Regulamento para Constituição e Regularização de Fundos de Maneio”, aprovado em 05 de Março de 2003 e considerando: -----

**S. João da Madeira**  
Câmara Municipal

- ✓ ser de reconhecida necessidade a realização de pequenas despesas, por determinados serviços municipais, tidas como urgentes e inadiáveis; -----
- ✓ que a constituição de fundos de maneiolo é indispensável ao bom e regular funcionamento dos serviços municipais. -----

Proponho a constituição dos seguintes fundos de maneiolo: -----

NATUREZA (em função da classificação económica)	TITULAR	Valor (euros)
Representação de serviços -GAP	Técnico superior - Antónia Ribeiro	700
Transportes-GAP	Técnico superior - Antónia Ribeiro	100
Bens- GAP	Técnico superior - Antónia Ribeiro	100
Comunicações-Expediente	Assistente operacional - Maria da Conceição Almeida	100
Combustíveis-GAP	Técnico superior - Antónia Ribeiro	50
Bens-Aprovisionamento	Técnico superior - Júlia Laranjeira	250
Serviços-Serviços Administrativos	Coordenador técnico - Madalena Pinho	150
Serviços-Aprovisionamento	Técnico superior - Júlia Laranjeira	100
Bens-Oliva Creative Factory	Técnico superior - Carla Sofia Paiva Relva	100
Material - Peças-Aprovisionamento	Técnico superior - Júlia Laranjeira	200
Bens-Biblioteca	Assistente técnico - Maria da Graça Oliveira	100
Serviços-Ação social	Técnico superior - Célia Maria Flor Silva	150
Bens-Ação social	Técnico superior - Célia Maria Flor Silva	1000
Bens-Museu da Chapelaria	Chefe de divisão de cultura e turismo - Suzana Menezes	100
Combustíveis-Museu da Chapelaria	Chefe de divisão de cultura e turismo - Suzana Menezes	50
Material - Peças-C. Desport. Paulo Pinto	Coordenador técnico - António Pais	100
Bens-Complexo Desportivo Paulo Pinto	Coordenador técnico - António Pais	150
Bens-Casa da Criatividade	Técnico superior - Patrícia Correia	150
Serviços-Casa da Criatividade	Técnico superior - Patrícia Correia	150
Combustível-Casa da Criatividade	Técnico superior - Patrícia Correia	150
Deslocações-Casa da Criatividade	Técnico superior - Patrícia Correia	150
Bens-Turismo	Técnico superior - Alexandra Alves	150
Serviços-Turismo	Técnico superior - Alexandra Alves	150
Material de educação, cultura e recreio-Ação social - CPCJ	Técnico superior - Eduarda Felício	250



**S. João da Madeira**  
Câmara Municipal

Bens-Ação social - CPCJ	Técnico superior – Eduarda Felício	153,15
-------------------------	------------------------------------	--------

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

### **PONTO 6 – NUMERÁRIO EM CAIXA**

--- Presente uma proposta da Chefe de Divisão de Finanças e Património, Sofia Rocha, sobre o assunto indicado em título, com o seguinte teor: -----

- "Conforme dispõe o número 2.9.10.1.1 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), os métodos e procedimentos de controlo de disponibilidades permitem assegurar que a importância em numerário existente em caixa não ultrapasse o montante adequado às necessidades diárias da autarquia. Nestes termos, proponho que a importância diária em numerário existente em caixa, na Tesouraria Municipal, não ultrapasse seis mil euros, durante o ano económico de 2018." -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

### **PONTO 7 – BILHÉTICA DA CASA DA CRIATIVIDADE E PAÇOS DA CULTURA**

--- Presente uma proposta da Chefe de Divisão da Cultura, Suzana Menezes, sobre o assunto indicado em título, relativamente à qual o senhor Presidente referiu: Esta proposta visa estabelecer os preços da bilheteira a cobrar nos Paços da Cultura e na Casa da Criatividade. Para além disso, estabelece também algumas regras de funcionamento e de acesso do público aos espetáculos que devem decorrer nestes dois equipamentos culturais. Em primeiro lugar propõe-se a criação de um cartão de fidelização, um cartão para Casa da Criatividade e para os Paços



**S. João da Madeira**  
Câmara Municipal

*J. J.*

da Cultura, como forma de atrair, consolidar e fidelizar públicos, à semelhança do que acontece noutros equipamentos culturais do país: na Casa da Música, na Fundação de Serralves, no cine teatro de Estarreja. É uma boa prática existir um cartão que fidelize as pessoas, um cartão com vigência anual, renovável, e que conceda ao portador do cartão algumas vantagens no acesso ao equipamento. Prevê-se também a concessão de alguns descontos, cujos exemplos estão tipificados no documento, descontos de grupo, descontos para pessoas carenciadas, descontos para estudantes e descontos para pessoas com idade avançada. Para além do mais é também estabelecida, e fica clara e transparente, a possibilidade de em algumas situações poder ser determinada a frequência gratuita de espetáculos municipais por decisão fundamentada do Presidente da Câmara Municipal, designadamente no âmbito de ações de cooperação com atividades escolares, com IPSS's, com associações culturais, recreativas ou desportivas, em ações de cooperação externa e de promoção da cidade, em ações de apoio a pessoas e comunidades desfavorecidas e em celebrações municipais. Em todas as situações desta índole em que possa ocorrer a frequência gratuita dos espetáculos, o Presidente da Câmara terá de proferir um despacho público, transparente e fundamentado que justificará o acesso gratuito ao equipamento. Como esta proposta é uma proposta que deve abranger um conjunto diversificado de espetáculos, foi criada uma tabela com uma proposta de bilhética com uma categorização dos espetáculos. Os espetáculos foram classificados por classes, as classes são subsumíveis a categorias de espetáculos definidos de acordo com o cachet e dentro dessas categorias são propostos os preços. É uma proposta que julgamos tomará claro e adequado o funcionamento destes equipamentos e que permitirá, de algum modo, criar condições para uma maior atratividade do público,





**S. João da Madeira**  
Câmara Municipal

*Paulo*  
*2.*

é esse também o objetivo principal. Os serviços já foram projetando algumas possibilidades de cartão, já estão aqui algumas propostas de cartão da Casa da Criatividade feitas pelo nosso designer. Esta proposta de cartão não está à votação, mas, como já existe, achei oportuno trazê-la. -----

--- O senhor Vereador Paulo Cavaleiro interveio seguidamente, dizendo: achamos bem a iniciativa por tudo aquilo que possa ajudar a ter mais público, é uma oferta que é destinada à comunidade, não só à sanjoanense. No entanto, acho que este assunto merece uma análise mais cuidada, sobretudo porque nós consideramos que a proposta é muito complexa. É preciso fazer um exercício ponderado e poderemos até enviar comentários. Se o senhor Presidente entender, podíamos adiar este ponto. Acho que esta proposta deveria ser exercitada. Também conheço outros exemplos noutros locais que até têm, por exemplo, ofertas a visitas a outros equipamentos, o cartão é mais abrangente, podemos incluir ou não. Eu acho é que a proposta é muito complexa, não estou a ver como é que se compra bilhetes assim, para quem tenha um cartão, na internet. Era útil fazer esse exercício de experimentar. Nós podemos enviar um conjunto de comentários que nos suscitaram na conversa de: como é que vamos fazer, então só temos bilhetes para aquelas filas, agora catalogamos os espetáculos...! Acho que é discutível estar a catalogar em função do cachet. Mais vale fazermos uma ponderação maior e exercitar. Entendo também que devíamos inovar e o cartão devia ser digital. Não é preciso fazer um cartão, faz-se uma App ou faz-se uma solução em que as pessoas mostram o telemóvel. Fica aqui a sugestão. Em qualquer cartão de cliente que hoje existe em lojas dão o número de telemóvel e entram no sistema. Pode ser também um cartão digital. Quem não quiser pode ter um cartão normal. O que estou a dizer é que podemos dar esse passo de inovação. -----



Relativamente às cedências, esse é um assunto complexo. Está previsto que o senhor Presidente, com um despacho, aquilo que era para cobrar pode ou não cobrar quando a Câmara é parceira do projeto. No passado – e estamos a falar da Casa da Criatividade - o custo base era de seiscentos euros. Acho que a Casa da Criatividade deve estar ao serviço da comunidade, mas não é fácil identificar aqui qual é o critério e devo dizer que, no passado, algumas instituições questionavam. Este tem que ser um processo muito claro. No ano transato nós tivemos um projeto, que foi a comemoração dos 90 anos, e com isso, quem se disponibilizou a fazer espetáculos no âmbito dos 90 anos, cedemos a todas as instituições, o critério foi igual para todos, a Casa da Criatividade teve uma atividade muito maior que o normal por causa dessas cedências que criámos com a comemoração dos 90 anos. Houve projetos muito interessantes. Eu sou a favor de que a Câmara possa ser parceira e com isso valorizar as iniciativas e ajudar as instituições. Não nos podemos esquecer que, de cada vez que nós cedemos a Casa da Criatividade, estamos a “atribuir um subsídio” de determinado valor a uma instituição. Acho que sim, que a Casa da Criatividade deve estar ao serviço da comunidade, mas o senhor Presidente tem que arranjar aqui um processo para sua defesa e para defesa da Câmara, haver um critério para que as instituições percebam quando é que lhes é permitido poder utilizar o espaço. A partir do momento que este regulamento está como está e passa para o senhor Presidente a responsabilidade, a responsabilidade cai em si. As instituições que estão aqui referenciadas são todas as instituições, cabem nesta designação. E eu acho que sim, em todas as instituições a Câmara pode encontrar para ser um parceiro neste ou naquele projeto. Parece-me bem. A questão é como é que nós fazemos para gerir todo esse processo. A comemoração dos 90 anos fez com que a Casa funcionasse todos os



S. João da Madeira  
Câmara Municipal

dias, não só na sexta e no sábado, teve espetáculos em momentos que não eram tão tradicionais e muitos deles estavam cheios. Até para dar uma dinâmica maior ao espaço é muito interessante termos uma política também de alguma agilidade na cedência das instalações às instituições. Vivenciei isso durante muito tempo e às vezes não é fácil ter uma regra que possa ser justa e equilibrada e que toda a gente entenda. Mas, senhor Presidente, nós solicitávamos que o ponto pudesse ser adiado, nós podemos dar um conjunto de contributos por escrito, já recebi, pelo menos, um e acho que efetivamente devíamos exercitar (não sei se foi feito ou não) a forma como isto vai funcionar. -----

— O senhor Presidente, novamente no uso da palavra, esclareceu: em primeiro lugar, a tabela que aqui aparece é uma tabela para uso interno da Câmara Municipal, ou seja, quando ocorrer um espetáculo o utente não vai ter que se dirigir à tabela para definir qual é o preço que é aplicável ao espetáculo, os serviços categorizam o espetáculo e quando o espetáculo é lançado já é lançado com o preço do bilhete do espetáculo. O utente não terá dificuldade de gestão da bilhética, a relação do utente com o bilhete será semelhante à relação que há atualmente. Este instrumento serve para que a própria Câmara tenha um critério de fixação dos bilhetes, até porque é a própria lei que diz que o preço dos bilhetes deve ser fixado por deliberação da Câmara. É por isso que nós estamos aqui a discutir porque não pode ser o Presidente da Câmara a fixar o preço dos bilhetes a seu bel-prazer. Essa questão não se coloca. -----

— Relativamente à questão das cedências, estamos também a preparar uma proposta de revisão do atual regulamento de cedências de salas. Este regulamento só se aplica à bilhética. O que se diz aqui é que quando uma sala for cedida a uma entidade para que essa entidade promova um espetáculo - e essa cedência será



## S. João da Madeira

Câmara Municipal

gch

J

feita ao abrigo de outro regulamento, que nós, em breve, traremos também à reunião de Câmara - a Câmara cobra o preço da cedência e é essa entidade que fixa o preço do próprio espetáculo. Ou seja, o que está aqui dito é que não se aplica este regulamento de bilhética às situações em que a câmara não seja promotora do espetáculo e ceda a sala a um terceiro. É só o que aqui está dito. Há outras exceções, que são os acordos de bilheteira. Como sabem acontece no espetáculo de bailado e de Natal, também aí a Câmara Municipal não paga o espetáculo e o promotor do espetáculo fixa o bilhete que entende. Está também excluído deste acordo de bilhética. Outro caso de exclusão é o Festival de Teatro levado a cabo no quadro da escola Serafim Leite. As questões do critério da cedência são tratadas noutra sítio. -----

--- Relativamente à questão da digitalização completa do cartão, ponderei isso, mas acho que há públicos que ainda não estão completamente inseridos no *online* e justifica-se ainda consagrar a possibilidade de haver o cartão. É claro que, quando tivermos concluídos os trabalhos de revisão do nosso *site* com a App municipal, poderá ser criada uma aplicação digital para acesso à Casa da Criatividade e poderá ser também estabelecido esse mecanismo de formação e de comunicação, que já não tem a ver com a bilhética, tem a ver com a comunicação. O regulamento de bilhética também não deveria tratar esse aspeto de comunicação digital da informação. A opção é de manter o cartão em suporte físico porque ainda há público que tem apetência por este tipo de cartão. -----

--- Quanto ao pedido de adiamento, vamos estabelecer aqui um princípio: sempre que uma questão não for absolutamente urgente ou vital, da minha parte não haverá nenhuma questão em fazer o adiamento. O que vos pedia era que nos fizessem chegar as propostas o mais rapidamente possível para agendarmos para



a próxima reunião. Eu gostaria que este regulamento estivesse em vigor o mais rapidamente possível. -----

--- O senhor Vereador Paulo Cavaleiro informou que apresentariam as propostas até segunda-feira da próxima semana. -----

— A deliberação sobre o assunto ficou adiada para a próxima reunião. -----

**PONTO 8 – ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR DAS ESCOLAS  
EB1 – ADENDA AO CONTRATO-PROGRAMA COM A DGESTE NO ANO  
LETIVO 2016/2017**

--- Presente uma proposta do Chefe de Divisão de Educação, Nelson Costa, sobre o assunto indicado em título, com o seguinte teor: -----

- “No âmbito do contrato-programa celebrado entre o Município e o Ministério da Educação/Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, verificou-se, no fecho do processo do ano letivo 2016/2017, um acerto no valor a receber pelo Município, considerando os recursos humanos afetos então ao programa. -----

Assim, propõe-se a aprovação da adenda em anexo, que prevê uma receita para o Município de 685.59 Euros.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta da adenda ao contrato-programa. -----

— Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

**PONTO 9 – “THE TEACHING IMPROVEMENT PARTNERSHIP PROJECT”:  
SUBSÍDIOS AOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS**

--- Presente uma informação do Chefe de Divisão de Educação, Nelson Costa, sobre o assunto indicado em título, com o seguinte teor: -----



**S. João da Madeira**  
Câmara Municipal

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

- "Considerando: -----
- a deliberação da Câmara Municipal de 07/03/2017, que aprovou o contrato nº 2016-1-IE01-KA202-016923, oficializando, assim, o projeto "The Teaching Improvement Partnership"; -----
  - que o projeto prevê a participação de docentes do concelho em ações de formação a decorrer nos países deste consórcio (Irlanda, Reino Unido, Turquia e República Checa); -----
  - que o Município já recebeu a primeira tranche do financiamento do programa Erasmus Mais, que tem em vista o pagamento das viagens, alojamento, refeições e transportes locais dos participantes. -----
- Considerando ainda: -----
- que o Município, a exemplo dos demais membros do consórcio, requisitou diretamente os voos e o alojamento para a próxima ação de formação, seguindo as diretrizes que foram emanadas pelo organizador e o despacho favorável do Senhor Presidente da Câmara Municipal, de 21/12/2017; -----
  - que não é possível, por não serem previsíveis, requisitar previamente refeições e transportes locais; -----
- Solicita-se a atribuição de subsídios, nos termos do artigo 33º, nº 1, alínea u) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aos Agrupamentos de Escolas de origem de cada docente, das ajudas de custo dos participantes (equivalentes a técnicos superiores) na próxima ação a realizar de 21 a 26 de janeiro, em Manchester, nos termos do disposto na alínea b) do nº 1 do artº 2º do DL 192/95, de 26/07, conjugado com o ponto i) da alínea b) do nº 5 da Portaria nº 1553-D/2008, de 31/12, na sua versão atual. -----



S. João

Nº de docentes	Agrupamento de Escolas	Nº de dias	Valor dia	Total do subsídio
1	João da Silva Correia	6	62.54	375.24
1	Oliveira Júnior	6	62.54	375.24
1	Dr. Serafim Leite	6	62.54	375.24

2.

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição dos subsídios nos termos da informação. -----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

#### **PONTO 10 – SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA SANJOANENSE**

--- Presente uma proposta do senhor Vereador Pedro Silva, sobre o assunto indicado em título, com o seguinte teor: -----

- “A Associação Desportiva Sanjoanense celebra anualmente com o Município de São João da Madeira um contrato-programa de desenvolvimento desportivo, cuja vigência cessa normalmente a 31 de dezembro do ano respetivo. -----

Estando de momento o processo de candidaturas ao contrato-programa de desenvolvimento desportivo de 2018 a decorrer, não se prevê que tais contratos produzam efeitos antes do primeiro trimestre. -----

A Associação Desportiva Sanjoanense, no sentido de dar provimento a compromissos financeiros até à data da celebração do novo contrato-programa, solicitou, por ofício de 21 de dezembro de 2017, um adiantamento das verbas mensais que previsivelmente lhe serão destinadas nesse novo contrato-programa. Assim, coloco à consideração da Câmara Municipal o adiantamento, a título extraordinário e sujeito a acertos, do pagamento do subsídio previsivelmente concedido em futuro Contrato-Programa, na sua forma mensal com o valor de 18.135,63 Euros (de acordo com os valores respeitantes ao ano de 2017) para os





meses de janeiro e fevereiro. Perfaz, nestes dois meses, um total de 36.271,26 Euros.” -----

— A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta -----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

### **PONTO 11 – SUBSÍDIO À BANDA DE MÚSICA DE S. JOÃO DA MADEIRA**

--- Presente uma proposta do Adjunto do Gabinete de Apoio à Presidência, Luís Oliveira, sobre o assunto indicado em título, com o seguinte teor: -----

- “Ao Município de São João da Madeira cabe, de forma transparente e criteriosa e no quadro do exercício democrático do poder autárquico, apoiar o desenvolvimento de projetos associativos no âmbito cultural. -----

As associações culturais e recreativas, como a Banda de Música de São João da Madeira, enquanto estruturas cívicas de participação dos cidadãos na vida pública cultural, têm constituído importantes polos de desenvolvimento harmonioso do município de São João da Madeira, contribuindo para o desenvolvimento cultural do concelho. -----

Conforme tem sucedido em anos anteriores, a Banda de Música de São João da Madeira solicitou a concessão de um subsídio ao município para financiamento das suas atividades a desenvolver ao longo do ano de 2018. -----

Entende-se que tal subsídio deve ser atribuído, em montante equivalente ao pago em 2017 – 20.000 Euros. -----

Tal como consta do ofício da Banda de Música de São da Madeira, datado de 5 de janeiro, será apresentado à Câmara Municipal o seu plano de atividades, prevendo-se o desenvolvimento de ações de cooperação cultural com o município.” -----



— O senhor Vereador Paulo Cavaleiro referiu que a Banda de Música presta um grande serviço à comunidade, que é de realçar. É muito importante este apoio e é fundamental para o seu funcionamento. A Banda de Música, nestes últimos anos, tem vindo a reforçar a sua dinâmica, os músicos são formados pela própria instituição, o que é positivo, e a melhoria das suas condições também vieram dar mais força à instituição. -----

Reforçou a proposta que fizeram aquando da discussão do orçamento, para que a Câmara Municipal, o mais rapidamente possível, concretize a obra de adaptação do espaço em falta das suas instalações, que está cedido, de forma a que a Banda de Música possa potenciar ainda mais o seu trabalho. Será também um bom contributo, não financeiro, mas físico em termos de estrutura para que a instituição possa melhorar a sua atividade. -----

— O senhor Presidente aproveitou para, publicamente, agradecer a cooperação que a Banda de Música deu à cidade na animação no Natal de 2017, designadamente tendo feito um périplo pelos bairros sociais, uma iniciativa extremamente importante e que causou muita emoção às pessoas que puderam observar as atuações da Banda em Fundo de Vila, Bairro do Poder Local, no Orreiro, na Devesa Velha e na Mourisca. Mais disse que foi uma iniciativa inédita, segundo informou a própria Banda de Música, e isso serviu também para projetar na cidade a importância da Banda de Música. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

---



**S. João da Madeira**  
Câmara Municipal

--- E NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, FOI PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ENCERRADA A REUNIÃO, ERAM QUINZE HORAS E QUARENTA E CINCO MINUTOS. -----

— PARA CONSTAR E DEVIDOS EFEITOS SE LAVROU A PRESENTE ATA, QUE VAI SER ASSINADA, E EU, MARIA MADALENA SOARES DE PINHO, SERVINDO DE SECRETÁRIA, A REDIGI E SUBSCREVO. -----

Maria Madalena Soares de Pinho  
João N. N. Uel de Almeida